



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Karla Rodrigues Costa

**FRANÇA, FINAL DO SÉCULO XIX, A DISPUTA FILOSÓFICA E POLÍTICA – MONARQUISTAS E
REPUBLICANOS – O CASO DREYFUS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC).
Orientador: Professora Ma. Ana Paula Moreira da Silva.

Juiz de Fora

2016

FRANÇA, FINAL DO SÉCULO XIX, A DISPUTA FILOSÓFICA E POLÍTICA – MONARQUISTAS E REPUBLICANOS – O CASO DREYFUS

FRANCE, LATE 19TH CENTURY, THE PHILOSOPHICAL AND POLITICAL DISPUTE - MONARCHISTS AND
REPUBLICANS - THE DREYFUS AFFAIR.

Karla Rodrigues Costa¹

RESUMO

Em 1894, no final do século XIX, a França vivia grandes conflitos políticos. Naquele ano, trabalhando na embaixada alemã em Paris como doméstica, uma mulher conhecida como madame Bastian descobre no lixo uma carta que considerou suspeita. O documento, conhecido mais tarde como "Le Bordereau", era destinado ao adido militar alemão, o tenente-coronel Schwarzkoppen. Madame Bastian entrega a carta ao serviço de inteligência da França, que logo conclui ter um traidor entre os oficiais do Estado-Maior do Exército. Alfred Dreyfus, o único judeu entre os oficiais superiores do Exército da França, logo é transformado no principal suspeito do crime de espionagem. É quando entra em cena o comandante do Paty de Clam – com força total para programar sua encomenda: o caso Dreyfus – que vai usar de todos os métodos heterodoxos para cumprir a tarefa, ainda que ao arrepio da lei. Entre setembro de 1894 (quando o Le Bordereau chega ao Ministério da Guerra francês) e fevereiro de 1895 (quando Dreyfus é embarcado para a Ilha do Diabo, na Guiana Francesa), pouco mais de quatro meses são consumidos na investigação, identificação, julgamento, condenação, expulsão das Forças Armadas e prisão perpétua do oficial do Estado-Maior do Exército da França.

PALAVRAS-CHAVE: Dreyfus, França, Exército da França, Espionagem.

ABSTRACT

In 1894, late 19th century, France went through major political conflicts. That year, working for the German embassy in Paris as a housekeeper, a woman known as Bastian discovers in the garbage a letter she considered suspicious. The document, later known as "Le Bordereau", was destined to the military attaché, lieutenant-colonel Schwarzkoppen. Madam Bastian delivers the letter to the French intelligence service, that soon concludes there is a traitor between the General Staff Officers of the Army. Alfred Dreyfus, the only Jewish man among the senior officers of the Army of France is soon pointed out as the main suspect of the espionage crime. Paty du Clam schedules an order: the Dreyfus affair - and uses of all heterodox measures to accomplish his task, even if that means going against the law. Between September 1894 (when Le Bordereau arrives at the French Ministry of Defence) and February 1895 (when Dreyfus is shipped to Devil's Island, at the French Guiana), it takes over four months on the investigation, identification, trial, conviction and eviction from the French Armed Forces and life imprisonment of the general staff officer of the Army of France.

KEY-WORDS: Dreyfus, France, Army of France, Espionage.

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: krcost@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Professora Dra. Ana Paula Moreira da Silva.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar que um julgamento político produziu profundas rupturas sociais, religiosas, políticas, filosóficas, jurídicas, étnicas, militares e legais na França do final do século XIX, e que o desfecho do caso produziu outras transformações de igual impacto e em variados campos ao longo do início do século XX, incluindo a primeira guerra mundial e a disputa entre França e Alemanha que trazia elementos de disputa desde a guerra franco-prussiana de meados do século XIX. A França vivia a terceira década da Terceira República francesa, que se inicia após a guerra franco-prussiana (1870) e termina na segunda guerra mundial (1940). Uma carta pública destinada ao então presidente da França, escrita por Émile Zola e publicada no jornal “La Aurore” de Paris, em 1898, transformou o conflito político-militar em um assunto debatido e disputado em todo o país, produzindo uma divisão entre os que apoiavam o Capitão Dreyfus e os seus adversários, conflito que veio a servir a interesses filosóficos e políticos para distintas demandas entre monarquistas, republicanos, membros da maçonaria e da igreja católica, setores anti-semitas, nacionalistas, socialistas, conservadores e intelectuais. Nesse episódio surgem as expressões “antidreyfusards” e “dreyfusards”, que identificam os adversários e os partidários, respectivamente, do Capitão Dreyfus. Para sustentar a estúpida fantasia uma grosseira conspiração é montada pelo Estado-Maior do Exército para convencer a opinião pública da legalidade e correção da condenação imposta ao Capitão Dreyfus, um inocente feito pivô de uma grande batalha social. Os militares da alta cúpula do Exército envolvidos na disputa contam com o apoio da imprensa tradicional para levar a efeito seus sórdidos propósitos. O Caso Dreyfus produziu ao longo de mais de um século centenas de artigos, pesquisas, investigações, filmes, documentários, livros, depoimentos, dramas para a televisão, eventos relacionados, além do envolvimento de dezenas de personalidades e ter estimulado o surgimento de vários outros movimentos sociais decorrentes da intensa disputa que envolveu toda França, um fato que somente recebeu uma solução definitiva adotada pelo Exército francês um século depois do estouro da crise. Crise que afetou a imprensa francesa e mundial onde ainda hoje se debate as consequências entre o jornalismo de informação e o ideológico. É disso que se trata o presente trabalho.

Evidente que o Caso Dreyfus vai sensibilizar mais significativamente a França, mas a repercussão do caso avança para outros países, e no Brasil, Rui Barbosa, ele próprio em pleno exílio do governo de Floriano Peixoto, vai se manifestar por meio de um artigo – publicado no Jornal do Comércio - sobre as injustiças e erros judiciários contra Dreyfus em 1895, três anos antes da carta de Zola, esta sim o estopim de uma crise gigantesca que ultrapassa o espectro político-militar e vai impactar toda a sociedade francesa e depois o mundo democrático contemporâneo daquele período.

2. OS PERSONAGENS PRINCIPAIS:

Émile Zola² foi um importante jornalista francês, filho de François Zola, um engenheiro italiano, e da francesa Émilie Aubert, cuja família se mudou em 1843 para Aix-en-Provence, no sul da França. Quando Zola tinha sete

² Émile Édouard Charles Antoine Zola, 2 de abril de 1840 – 29 de setembro de 1902 – Paris – França. Jornalista francês que escreveu e publicou “J’Accuse”, uma carta aberta ao presidente da República, documento que vai eclodir a maior trama da política, da justiça e de assuntos militares da história francesa e do mundo, criando movimentos e produzindo uma infinidade de outros documentos ao longo de mais de um século.

anos, seu pai morreu, deixando a família em dificuldades financeiras. Em 1858, ele retornou com a mãe para Paris, onde passou a juventude, e começou a escrever sob a influência do romantismo.

Antes de se dedicar unicamente à ficção, Zola trabalhou na editora Hachette e escreveu colunas literárias, crônicas e críticas de arte para jornais. Durante os anos de formação, Zola escreveu uma série de histórias curtas e ensaios, além de peças e novelas. Um dos seus primeiros livros foi “Les Contes à Ninon” (1864). Quando o sórdido romance autobiográfico “La Confession de Claude” (1865), foi publicado, o autor atraiu a atenção negativa da polícia e da opinião pública. Zola casou-se em 1870 com Alexandrine Meley, mas foi com a amante, Jeanne Rozerot, que teve dois filhos.

Depois do primeiro romance de sucesso, “Thérèse Raquin” (1867), que pode ser considerado o início do novo movimento literário conhecido como “Naturalismo”, Zola começou a longa série chamada “Les Rougon Macquart” (1871-1893), onde mostrava o mundo dos camponeses e trabalhadores. O resultado foi uma combinação de precisão histórica, riqueza dramática e um retrato acurado dos personagens.

A publicação de “L’Assommoir” (1877), uma descrição profunda do alcoolismo e da pobreza na classe trabalhadora parisiense, fez de Zola um dos mais conhecidos escritores na França. Com o tratado “Le Roman Experimental” (1880) manifestou a crença na ciência e na aceitação do determinismo científico.

Em 1885, Zola publicou uma de suas principais obras, “Germinal” – livro que foi atacado pela direita como sendo um chamado para a revolução – onde retrata uma greve dos trabalhadores das minas de carvão.

Ao escrever “J’Accuse” (Eu Acuso) e publicar o texto no jornal literário “L’Aurore” (1898), um contundente documento em que denuncia o “Caso Dreyfus” ao presidente da República Félix Faure³, onde defendia a inocência do Capitão Dreyfus e criticava a postura anti-semita e autoritária do alto escalão do Exército da França, Zola coloca em risco todo seu prestígio de grande escritor francês, além de expor sua vida e a de seus familiares aos revanchismos dos “antidreyfusards” (conforme ficou conhecido o movimento que pretendia a condenação do capitão Dreyfus, grupo integrado por nacionalistas adeptos da monarquia, conservadores católicos e antidemocráticos, autoritaristas e militaristas).

Na sua carta, Zola já previa que poderia ser acusado e condenado pelas acusações tornadas públicas por seu documento. E de fato veio o processo e a condenação à prisão, além da sua expulsão da Legião de Honra. Para evitar a prisão, Zola foge para a Inglaterra, onde permaneceu até 1899. Em 29 de setembro de 1902, sob misteriosas circunstâncias, Zola morreu asfixiado por monóxido de carbono enquanto dormia. Houve boatos à época, inclusive sustentado publicamente por seu filho, relacionando a estranha morte aos membros do movimento “antidreyfusards”, o que nunca restou provado. Em 1908, os restos mortais de Émile Zola foram transferidos para o Panteão de Paris.

³ Félix François Faure, (1841 – 1899), foi presidente da França de 1895 até sua morte.

Este resumo da vida de Zola demonstra a importância dele na sociedade francesa, razão pela qual sua carta “J’Accuse” teve tamanha repercussão, recebendo a atenção do presidente da República. Sobre esse fato escreveu Alberto Dines⁴ o seguinte:

É do redator-chefe a idéia do título forte, emocionado e emocionante, rasgando a página de lado a lado. A carta aberta ao presidente da República termina com oito sentenças curtas que começam com a mesma expressão. Numa opção fulgurante que marcará a história da França e do jornalismo, o redator-chefe puxa a palavra-chave da candente litania e a faz espalhar-se pelas seis colunas: “J’Accuse”. (DINES, 1998, S/Nº)

O segundo personagem deste trabalho e principal ator dessa novela escrita por Zola é o Capitão Dreyfus⁵, que foi um Oficial do Exército francês, filho de um judeu rico e fabricante de têxteis. Dreyfus estudou na École Polytechnique (1882), e decidiu seguir a carreira militar. Em 1889, ele subiu para o posto de capitão e foi designado para o Ministério da Guerra. Em 1894, trabalhava no Estado-Maior quando foi apanhado pela acusação de traidor.

Vítima de uma trama que o responsabiliza pela venda de segredos militares à Alemanha, Dreyfus sofre uma campanha de difamação através de pasquins de direita (monarquistas, clericais, nacionalistas e anti-semitas), campanha esta que se alastra para o resto da imprensa, criando um clima de histeria nacional, que favorece sua condenação num processo militar, sumário e sigiloso, que o leva à prisão perpétua na Ilha do Diabo, na Guiana Francesa, em fevereiro de 1895. O processo, baseado em evidências altamente irregulares, foi montado para condenar Dreyfus e usá-lo como símbolo da deslealdade de judeus franceses.

O terceiro personagem dessa trama e principal acusado por Zola é o comandante do Paty de Clam⁶. O tenente-coronel do Paty de Clam era um apaixonado por grafologia e foi encomendada a ele a investigação do documento que provaria a traição de Dreyfus. No entanto, ao invés de compor uma investigação, o comandante do Paty de Clam forja uma série de provas, todas falsas, e busca a chancela de outros especialistas que lhe confirmam a tese, descartando e perseguindo os técnicos que não lhe aprovam o relatório preliminar.

O quarto mais importante ator dessa epopéia narrada por Zola é o Tenente-Coronel Picquart⁷. O oficial Picquart inicia sua carreira militar em 1872 e chega a tenente-coronel em 1896, mesmo ano em que é nomeado chefe da seção de inteligência do Exército em substituição ao Coronel Sandherr (de quem saberemos, mais adiante, os detalhes de sua participação nesse mesmo caso).

No exercício de suas funções na inteligência do Exército francês o tenente-coronel Picquart recebe um documento, enviado por um agente militar no exterior e toma conhecimento, pelo tal documento, de fatos importantes que ligam ao caso Dreyfus. Inicia, então, uma nova investigação que vai permitir a identificação do verdadeiro culpado do ato de traição, o comandante Esterhazy. Embora avisado por seus chefes militares para

⁴ Alberto Dines, jornalista brasileiro e colunista da Folha de S. Paulo, escreveu no jornal sobre o Caso Dreyfus em 3 de janeiro de 1998. Vide bibliografia.

⁵ Alfred Dreyfus, nasceu em 9 de outubro de 1859, em Mulhouse, na França, e morreu aos 12 de julho de 1935, em Paris. Capitão do Exército francês, Dreyfus tinha origem judaica, foi vítima de injusta acusação e condenado por traição, tendo sido o centro de um famoso episódio de conotações sociais e políticas durante a Terceira República Francesa, o que ficou conhecido como o “Caso Dreyfus”.

⁶ Augusto Charles Ferdinand Armand Mercier du Paty de Clam – nasceu em Paris, em 21 de fevereiro de 1853 e morreu em Versailles - França, em 3 de setembro de 1916. Du Paty de Clam era um tenente-coronel do Estado-Maior do Exército e foi o chefe da investigação e da acusação contra o Capitão Dreyfus.

⁷ Marie Georges Picquart, nascido em Estrasburgo – França, em 6 de setembro de 1854 e morto em Amiens, norte da França, em 18 de janeiro de 1914, era tenente-coronel na época do Caso Dreyfus. Mais tarde chegou a General de Divisão do Exército francês e foi Ministro da Guerra da França entre 1906 e 1909.

se calar e omitir a sua descoberta, o tenente-coronel Picquart leva o caso adiante, o que vai produzir outros problemas e escândalos, citados na carta-denúncia de Zola, que o defende como um homem honrado.

Vários generais do alto escalão do Exército francês advertem o então Tenente-Coronel Picquart e exigem que ele esconda suas descobertas. Entre os oficiais subordinados a Picquart, notadamente o Major Henry (outra figura importante nessa trama e que, adiante, terá sua participação detalhada), surge um movimento de sabotagem e de impedimentos ao trabalho de investigação que o tenente-coronel empreendia a partir da documentação a que teve acesso. A insistência de Picquart pela verdade dos fatos, e por isso é considerado por Zola um homem honrado, teve consequências imediatas, pois ainda no mesmo ano de 1896, em dezembro, ele é transferido para a Tunísia, que naquela época era um Protetorado da França, ainda que na condição de Comandante de Regimento de Infantaria, para afastá-lo do centro daquele enorme embate político-militar.

Por fim, é preciso destacar o papel do comandante Esterhazy⁸, o quinto personagem dessa imensa trama e pivô da crise que se instalou na França. Segundo Zola, que vai descobrindo a trama e a desvendando em sua carta denúncia, Esterhazy é um agente duplo e o principal responsável pelas acusações lançadas contra Dreyfus, e recebe auxílios muito especiais de colegas e amigos do Estado-Maior, especialmente do Major Henry e do chefe da Inteligência do Exército, o Coronel Sandherr.

É o coronel Sandherr quem nomeia o comandante do Paty de Clam – e lhe dá todo o apoio logístico e político – para preparar e apresentar a acusação que levará à condenação de Dreyfus. Esterhazy, o beneficiado nessa trama, se aproxima do Major Henry⁹ e do Coronel Sandherr¹⁰ alguns anos antes, quando é contratado por eles para traduzir textos em alemão para o Serviço de Inteligência do Exército francês. Henry é quem vai receber o documento que teria sido vazado para a Embaixada alemã, e que, entre outras coisas, era incumbência do Major lidar regularmente com o numeroso e heterogêneo bando corrupto de funcionários públicos, porteiros e agentes duplos a serviço da Seção de Inteligência do Estado-Maior do Exército. O Coronel Sandherr era o chefe da Seção de Inteligência e comandava as ações de Henry.

O Coronel Sandherr foi designado para informar ao Ministério das Relações Exteriores da França sobre o Caso Dreyfus, porque o episódio envolvia outra Nação, a Alemanha, a fim de preparar o ministério para eventuais retaliações políticas, e assim Sandherr leva uma informação onde constava o seguinte:

“O oficial acusado de traição é um judeu, o capitão Alfred Dreyfus, cuja curiosidade indiscreta, sua constante bisbilhotice, seu jeito misterioso e finalmente seu caráter falso e presunçoso, no qual se reconhecem todo o orgulho e toda a ignomínia de sua raça, fazem dele um suspeito há muito tempo.”
(BEGLEY, 2009, p. 11)

⁸ Charles Marie Ferdinand Walsin Esterhazy, de quem se dizia na época ter nascido na Hungria, apresentava registro de nascimento na França, a 16 de dezembro de 1847, em Paris, e que morreu em Harpenden, na Inglaterra em 21 de maio de 1923. Foi na Inglaterra, onde Esterhazy já morava há algum tempo, que muitos anos depois dos fatos ele confessou ser o verdadeiro traidor da França, crime que foi falsamente imputado ao Capitão Dreyfus.

⁹ Hubert-Joseph Henry, nascido a 02 de junho de 1846 em Pogny, uma comuna do Departamento de Marne, no nordeste da França, e morto em 31 de agosto de 1898, em Fort Mont-Valérien, uma fortaleza da comuna de Suresnes, oeste de Paris, foi um tenente-coronel do Estado-Maior do Exército francês, envolvido diretamente no Caso Dreyfus e que foi preso por ter forjado provas contra o acusado. Foi encontrado morto em sua cela na prisão poucos dias após sua detenção com vários golpes de navalha no pescoço e sua causa-mortis foi declarada como suicídio. Ainda assim foi considerado um herói da França pelos antidreyfusards.

¹⁰ Nicolas Jean Robert Conrad Auguste Sandherr, 06 de junho de 1846 – 24 de Maio de 1897, coronel do Exército, era o chefe da "Seção de Estatística" do Estado-Maior, nome inofensivo usado para disfarçar o Serviço de Contra-espionagem Militar francês, e comandante do Major Henry. O Coronel Sandherr morreu antes do fim do caso, e foi substituído pelo Tenente-Coronel Picquart, que veio a rever toda a investigação comandada por Sandherr.

O trecho acima destacado consta das anotações do diplomata e secretário de embaixada, Maurice Paléologue, também adido da Seção de Inteligência do Ministério das Relações Exteriores junto à Seção de Estatística (o serviço de espionagem) do Estado-Maior do Exército, conforme pesquisa de Begley (vide bibliografia).

“A afirmação de que Dreyfus estivera sob suspeita antes da descoberta do ‘*bordereau*’ e da comparação das caligrafias era uma mentira inequívoca e ilustrava o esforço que Sandherr e seu bando haviam feito — e continuariam a fazer — para validar retrospectivamente a acusação de traição e enquadrar Dreyfus em um estereótipo antissemita.”, conforme apurou Begley em sua pesquisa. (BEGLEY, 2009, p. 11)

Essa proximidade de Esterhazy com grandes chefes militares é questionada por Zola na carta ao presidente, quando insinua que a alta cúpula do Exército protegia, vergonhosamente, o manipulador Esterhazy.

Além de demonstrar que esse julgamento político tenha produzido profundas rupturas sociais na França do século XIX, esse trabalho pretende, ainda, analisar os fatos que levaram Émile Zola a escrever a carta aberta ao presidente da República francesa e o contexto da vida social na França naquela época, com o intuito de melhor esclarecer os motivos e examinar as conseqüências da injusta condenação do capitão Dreyfus por traição, levadas a efeito pelo Conselho de Guerra.

Para tanto, é importante destacar um detalhe, que precisa ser registrado, pois ele demonstra toda a complexidade de um processo que envolveu a totalidade da Nação francesa: somente em 1996, portanto mais de um século depois do início do processo em 1894, o Exército da França reconheceu publicamente a inocência de Dreyfus, ou exatos 90 anos depois da “*Cour d’Appel*” – um tribunal civil de recursos – ter revertido, em 1906, todas as condenações apuradas contra Dreyfus.

3. OS FATOS:

Num pequeno resumo inicial, o Caso Dreyfus foi o mais famoso erro judiciário de todos os tempos, sobre o qual talvez se tenha escrito mais que sobre *o processo* de Jesus ou de Sócrates, segundo alguns pesquisadores do episódio.

O Capitão Alfredo Dreyfus, um oficial judeu do exército francês, foi acusado de ser o autor de uma carta oferecendo documentos militares secretos aos alemães.

O tal documento foi encontrado pelo serviço de contra-espionagem da França. Condenado em 1895, quatro meses após a denúncia inicial como traidor, sofreu a deportação para a Ilha do Diabo e a degradação militar.

Começou então uma campanha de enormes proporções pela revisão do processo e que dividiu famílias, amigos e toda a França em dois partidos, tal como o havia feito a Revolução Francesa.

Os mais diversos interesses coligaram-se a favor ou contra o acusado, fazendo dele uma bandeira de luta.

A nobreza, o clero, os antissemitas, os reacionários de todo tipo, os militares, eram contra a revisão, achando que ela colocava em jogo a honra do Exército francês caso as autoridades reconhecessem ter errado na condenação de Dreyfus, que fora julgado por um Conselho de Guerra, de cuja seriedade não se podia duvidar.

A esquerda, os liberais, os progressistas, eram pela revisão e conseguiram levar a julgamento o verdadeiro culpado, o comandante Esterhazy, que foi absolvido num julgamento bisonho.

Zola então escreve a sua famosa carta “J’Accuse” (Eu Acuso) ao presidente da França. A carta de Zola o leva a um julgamento também parcial, e uma vez condenado teve que se exilar na Inglaterra.

Após esse resumo mais que conciso, é preciso detalhar um pouco mais toda essa história (vide uma pequena cronologia dos fatos ao final desse trabalho).

Foi no ano de 1894 que, trabalhando na Embaixada da Alemanha em Paris, como doméstica, uma mulher conhecida como madame Bastian (na verdade, uma espiã francesa infiltrada naquela embaixada a soldo do Serviço de Espionagem do Estado-Maior do Exército da França), descobre no lixo uma carta que considerou suspeita. O documento, conhecido mais tarde como “Le Bordereau”, era destinado ao adido militar da Embaixada da Alemanha em Paris, o tenente-coronel Schwarzkoppen. Madame Bastian entrega a carta ao serviço de inteligência da França, que logo conclui ter um traidor entre os oficiais do Estado-Maior do Exército francês. Esse início do episódio vingou como história real do Caso Dreyfus, entretanto, há pesquisadores (poucos) que chegaram a outra definição para a autoria e materialidade da alegada traição, a de que tudo fora tramado bem antes pelo então Comandante Sandherr.

Sendo Alfred Dreyfus o único judeu entre os oficiais superiores, logo é transformado no principal suspeito do crime de espionagem. É nesse contexto que entra em cena o comandante du Paty de Clam, que recebe toda a sustentação e apoio político e institucional para programar, planejar os fatos subseqüentes e executar sua encomenda: a condenação do Capitão Dreyfus. Para tanto, du Paty de Clam vai usar todos os métodos heterodoxos para cumprir a tarefa, ainda que ao arripio da lei. Entre setembro de 1894 – quando o Le Bordereau chega ao Ministério da Guerra francês – e fevereiro de 1895 – quando Dreyfus é embarcado para a Ilha do Diabo, na Guiana Francesa – pouco mais de quatro meses são consumidos na investigação, identificação, julgamento, condenação, expulsão das Forças Armadas e prisão perpétua do oficial do Estado-Maior do Exército da França. É a marca do comandante du Paty de Clam, habilidade e disciplina para cumprir ordens superiores.

Em 1896, o Tenente-Coronel Picquart assume o serviço de inteligência em substituição ao Coronel Sandherr (o chefe de du Paty de Clam). Fatos novos levam Picquart a rever as investigações e em poucos meses ele descobre que há uma fraude no processo. Seus chefes superiores o impedem de tornar públicas suas descobertas.

Em novembro de 1896, um jornal parisiense (Le Matin) publica a fotografia do “Le Bordereau”, onde se lê a assinatura do autor do documento. E mais um ano se passou quando, em novembro de 1897, o irmão de Dreyfus, Mathieu Dreyfus¹¹, é procurado por um comerciante que reconheceu a assinatura de um cliente seu no “Bordereau”, o único documento que dá início ao infame processo. A revelação do comerciante permite a Mathieu descobrir o verdadeiro culpado: o comandante Esterhazy.

¹¹ Mathieu Dreyfus (1857-1930) foi o irmão de Alfred Dreyfus e seu incansável defensor no caso Dreyfus. Foi um homem de negócios e um escritor.

Em janeiro de 1898, dois meses após a denúncia de Mathieu Dreyfus, e depois de muitas idas e vindas naquele curto período, em que uma sindicância e um inquérito judiciário são novamente engendrados para deixar tudo no mesmo lugar, sob a batuta do General de Pellieux¹² e do Comandante Ravary¹³, Esterhazy pede um julgamento para apurar as acusações contra ele, o que adiante fica evidenciado que se tratava de uma sugestão do próprio General de Pellieux. Esterhazy é inocentado de todas as acusações em 11 de janeiro do mesmo ano; e dois dias depois a carta denúncia de Zola é publicada no L'Aurore.

Esterhazy, inocentado das acusações de espionagem, é um caso atípico de oficial militar, pois que nunca conseguiu entrar para o Exército pela via da escola de oficiais. Após uma tentativa derradeira ele desaparece de Paris por volta de 1865, e somente é encontrado alguns anos depois envolvido na legião romana, em 1869, a serviço do Papa Pio IX. Recebe auxílio de um parente para ser contratado pela legião estrangeira francesa.

A contratação de Esterhazy para a legião estrangeira é irregular, tendo em vista que ele não se alistou como soldado, e poderia ser revogada. No entanto, o início da guerra Franco-Prussiana (1870 – 1871) impede ações contra ele e assim, Esterhazy continua a se passar por oficial militar. Em 1880, é contratado para traduzir alemão na contra-inteligência militar, quando estabelece forte amizade com o Major Henry e o Tenente-Coronel Sandherr – este o chefe do serviço de inteligência – dois oficiais que lhe favorecem no julgamento de Dreyfus ao identificar como deste a caligrafia que era, na verdade, de Esterhazy.

Mais tarde, em 30 de agosto de 1898, o próprio Major Henry confessa, perante o então Ministro da Guerra, Godefroy Cavaignac¹⁴, ser o autor do “falso Henry” (apelido usado para identificar o documento fabricado pelo major e que fora preparado para facilitar a condenação de Dreyfus). Mesmo assim, Cavaignac continua afirmando que acreditava na culpa de Dreyfus, e não admitindo a possibilidade de um segundo julgamento do caso deixa o ministério cinco dias após a confissão de Henry, que é preso e dado como suicida poucos dias depois de sua prisão, encontrado que foi com a garganta cortada por várias navalhadas. O filme “A vida de Émile Zola”, de 1937, retrata a participação de Cavaignac como sendo a pessoa que finalmente descobre a verdade sobre o Caso Dreyfus e que exige a renúncia de todos os responsáveis pela falsa incriminação a Dreyfus. Essa versão, entretanto, não é confirmada pelos demais historiadores do nebuloso caso.

Ainda assim, após revelações tão importantes e o esclarecimento de que o acusado Dreyfus era inocente, num episódio que ficou subentendido como mais uma prova de que Esterhazy era agente duplo e protegido pelo Estado-Maior do Exército francês, e um ano após a confissão de Henry ao Ministro da Guerra, o segundo julgamento de Dreyfus é levado adiante, o que ocorre entre os dias 7 e 9 de agosto de 1899, na cidade de Rennes, em um novo Conselho de Guerra que mantém Dreyfus como traidor e o condena a dez anos de prisão. Decisão que protege a alta cúpula do Exército e do Estado-Maior, este responsável pelos serviços de inteligência, justamente quem deveria proteger a França das conspirações e dos ataques militares estrangeiros.

Em 19 de setembro de 1899, Dreyfus é anistiado pelo presidente Émile François Loubet numa tentativa de encerrar o grande conflito social provocado pelo rumoroso caso, e libertado da prisão embora continuasse condenado. Somente no ano de 1906, Dreyfus será declarado inocente por uma corte de recursos, não pelo

¹² George Gabriel de Pellieux, 06 de setembro de 1842 - 15 de julho 1900, foi um general do Exército francês designado pelo Ministro da Guerra para chefiar um inquérito sobre as alegações contra Esterhazy levantadas por Picquart e depois por Mathieu. O General de Pellieux era antidreyfusard.

¹³ O Comandante Ravary é outro oficial do Exército designado pelo Ministério da Guerra para chefiar uma sindicância sobre a denúncia de Picquart contra Esterhazy. Ravary era promotor junto do 1º Conselho de Guerra.

¹⁴ Jacques Marie Eugène Godefroy Cavaignac, Paris, 21 de maio de 1853 – Comuna de Flée, 25 de setembro de 1905, foi um político francês e Ministro da Guerra em dois períodos, entre 01 de novembro de 1895 a 29 de abril de 1896 e, depois, entre 28 de junho de 1898 a 5 de Setembro de 1898.

Estado-Maior, e reintegrado parcialmente ao Exército, que não lhe reconhece os cinco anos em que esteve preso injustamente para recomposição de suas patentes, e mantém sua condição de culpado até 1996 (DINES, 1998, s/nº), quando finalmente é reconhecida sua total inocência, um século depois em que o coronel Augusto Charles Ferdinand Armand Mercier Du Paty de Clam iniciou a farsa que dividiu a França, fato que repercutiu em todos os países esse caso singular de erro jurídico, produzido artificialmente para encobrir a filosofia política de um segmento que tomou conta do Estado-Maior do Exército da França, movimento que queria a volta da monarquia e agia por meio de conspirações de toda sorte, sempre com o auxílio da imprensa majoritária e da cúpula francesa da igreja católica.

4. UM RESUMO DA CARTA DENÚNCIA DE ÉMILE ZOLA

Émile Zola inicia sua carta, “J’Accuse”¹⁵, cumprimentando o presidente num gesto de cortesia que não se repete no decorrer do texto, no qual aumenta a contundência à medida que vai alinhavando seu relato até o epílogo que vem carregado de fortes acusações contra a omissão e culpa dos chefes militares, contra os especialistas em grafologia que fraudam e mentem, e contra as instituições militares que calam a imprensa e criam todo o clima de terror que assola a França.

Numa frase visionária afirma que “a história registrará que foi sob a sua presidência que tamanho crime social foi cometido”. De fato, o presidente Félix Faure morre no exercício do cargo pouco mais de um ano depois e não vê o desfecho do caso.

O oficial Ferdinand du Paty de Clam recebe a primeira e contundente acusação de Zola, a de que é o “responsável por tudo”. O Comandante Du Paty de Clam – encarregado de instruir o caso Dreyfus como representante da justiça – vai atuar, segundo Zola, antes, durante e depois do julgamento e da condenação para manter sua mentira criada a partir de seus delírios, e usa de todos os métodos sórdidos para sustentar sua prévia conclusão da culpa de Dreyfus.

O documento principal da prova contra Dreyfus e que nunca foi apresentado aos seus advogados, chega às mãos do Coronel Sandherr, diretor do serviço de inteligência (amigo de Esterhazy e seu contratante como tradutor de alemão), que vem a falecer misteriosamente de paralisia geral. E muitos mistérios acontecem, desaparecem documentos, e um perfil do culpado é construído para ser encaixado num oficial do Estado-Maior, quando o comandante Du Paty de Clam inventa o seu Dreyfus, especialmente para dar um corpo ao traidor da nação, e conta com a inestimável ajuda pela omissão e mediocridade do Ministro da Guerra, do chefe e do subchefe do Estado-Maior. Zola registra que o comandante Du Paty de Clam busca no ocultismo e no espiritismo – pois ele conversa com os espíritos – as delirantes armadilhas, as ameaças à esposa do infeliz que

¹⁵ A carta de Zola, “J’Accuse”, é um documento muito extenso, razão pela qual a opção de publicar aqui apenas um resumo. A carta inteira, conforme publicada em 1898 no jornal “L’Aurore”, está disponível no endereço eletrônico http://foziberdreyfus2.no.sapo.pt/#_ftn2 (vide bibliografia)

vai ser detido numa solitária, sórdidas maquinações praticadas contra um desestabilizado acusado, até então conhecido como pacato e disciplinado militar de carreira. Nem mesmo o conteúdo pueril da alegada informação que se transformou em traição grave foi o bastante para acordar da letargia os comandantes militares, e Du Paty de Clam arma todo um circo para sustentar suas acusações livremente, o que veio a ser a semente de todo o vergonhoso caso Dreyfus.

Nesse estágio de germinação da semente do mal, todo terreno fértil é encontrado pela frente, de paixões religiosas ao preconceito, da cumplicidade corporativa a uma verdade santa indiscutível, tudo levando à instalação da estupidez.

Um processo de sigilo absoluto é instalado no Conselho de Guerra e apenas os boatos vão sendo divulgados seguindo os interesses inquisitórios estabelecidos pelo Estado-Maior, para fazer a nação crer numa infâmia sem proporções, que a levasse a endossar uma condenação descabida entre o alegado crime e a pena imposta. Das alegadas 14 acusações apenas uma ficou de pé, a do documento encontrado no lixo da embaixada alemã em Paris. Documento que uma vez periciado foi posto sob dúvida pelo senhor Gobert¹⁶, especialista em grafologia, o que o levou ao constrangimento militar por divergir das principais autoridades do Ministério da Guerra, local onde as testemunhas e acusadores trabalhavam.

“Portanto, só havia o ‘bordereau’ acerca do qual os peritos não se entenderam. Conta-se que, na sala do conselho, os juizes iam naturalmente absolver. E, a partir de então, como se compreende a obstinação desesperada com que, para justificar a condenação, se afirma hoje a existência dum documento secreto, comprometedor, a peça que não se pode mostrar que legitima tudo, perante a qual nos devemos inclinar, o bom Deus invisível e desconhecido. Nego-a, a essa peça, nego-a com toda a minha força! Uma peça ridícula, sim, (...) uma peça que interessasse à defesa Nacional, que não se poderia produzir sem que a guerra fosse declarada no dia seguinte, não, não! (...) Não conheço maior crime cívico.”¹⁷ (ZOLA, 1898, s/nº)

Zola parece ter obtido informação privilegiada ao narrar, conforme reprodução de um trecho da carta (“J’Accuse”), acima destacado, que houve um momento do julgamento em que os juizes pareciam inclinar-se pela absolvição. É quando vai surgir um fato novo, criado pelos comandantes do Estado-Maior, que vai borrar mais ainda toda a ridícula situação.

A informação de um documento ultra-secreto, que nem mesmo aos juizes poderá ser apresentado, situação incontornável, que legitima tudo o que é alegado pelo Estado-Maior do Exército, sem o que há o risco de uma guerra iminente, cujas consequências seriam terríveis para a Nação, e que obrigam a população a aceitar, a se inclinar aos argumentos da acusação contra Dreyfus, mentiras escondidas em hipotéticos interesses do Estado, tudo para fortemente influenciar pela emoção a opinião pública, e constranger os juizes daquele julgamento, verdadeira farsa construída impunemente, num crime cívico maior do que aquele em julgamento; tudo isso está num dos parágrafos da carta e era o que Zola alertava ao presidente Félix Faure, numa tentativa de que a

¹⁶ Gobert era um especialista em escrituras do Banco da França.

¹⁷ Esse parágrafo citado da carta de Zola pode ser verificado no mesmo endereço mencionado na nota de rodapé número 15 (vide página anterior e bibliografia).

intervenção da Presidência da República impedisse que a França fosse colocada em situação ridícula perante o mundo.

E Zola segue narrando todos os fatos ao presidente Faure, e nomeia o comandante Du Paty de Clam como o grande autor da farsa monumental que levará a França ao ridículo internacional. Apoiando essas barbáries está o ramo clerical, que conta ainda com o clima hostil de perseguição aos “judeus sujos”, aqueles que desonram a nação.

Zola relata ainda a ascensão do Tenente-Coronel Picquart na chefia do serviço de inteligência, substituindo o falecido Coronel Sandherr. Em suas novas funções realiza outra investigação sobre o caso, notadamente após receber um documento endereçado ao comandante Esterhazy e enviado por um agente francês no exterior.

Picquart consegue convencer os generais Gonse¹⁸, Boisdeffre¹⁹ e Billot²⁰ da inocência de Dreyfus e da verdadeira responsabilidade do ato de traição recair sobre o comandante Esterhazy. Entretanto, aqueles generais e chefes militares esbarram no corporativismo do Estado-Maior que não admite rever a condenação de Dreyfus. É quando Zola faz ironia no texto sobre as atitudes desses chefes, que há um ano já sabiam da trama e do verdadeiro culpado, menos Billot, que acabara de tomar ciência dos fatos. Mas durante os intermináveis minutos de reflexão sobre o que estava conhecendo e o que viria à baila se denunciasse a artimanha, Billot deixa o tempo passar e se compromete tanto quanto os demais, segundo interpretação de Zola.

A insistência de Picquart para um novo julgamento não produz o efeito desejado, porém, ao mesmo tempo em que o irmão mais velho de Dreyfus, Mathieu Dreyfus, denuncia Esterhazy, o Senador Scheurer-Kestner²¹, vice-presidente do senado francês, faz um pedido de revisão do processo ao Ministério da Justiça.

Estimulado por novos auxílios externos, Esterhazy contra ataca com ameaças, o que provoca a imediata ação do comandante Du Paty de Clam que precisa defender sua obra de terror e não permitir que o Ministério da Guerra entre em desgraça com a revelação da verdadeira trama, no que recebe o auxílio dos três generais seus superiores, Gonse, Boisdeffre e Billot. E a justiça que nunca é feita permite outra injustiça com a punição de Picquart e sua transferência para a Tunísia, afastando-o do centro do caso. Zola estava relatando ao presidente que a sociedade vai se desintegrando.

Em seguida, Zola revela ao presidente que vai resumir os últimos acontecimentos, retroagindo dois meses e cita a investigação criminosa levada a efeito pelo General De Pellieux e pelo Comandante Ravary. Na verdade, foi possível apurar que o General De Pellieux era bonapartista, católico fervoroso, anti-semita e um dos oficiais que se opunham a revisão da decisão do Conselho de Guerra de 1894, e em poucos dias deu o trabalho por concluído. Chamado ao Conselho de Guerra afirmou ter visto o documento secreto que comprovaria a culpa de Dreyfus. O General De Pellieux foi nomeado para a investigação pelo Ministro da Guerra, logo depois do ministro ser interpelado pela Câmara dos Deputados sobre as denúncias de Picquart contra Esterhazy.

¹⁸ O Major-General Charles-Arthur Gonse, 19 Setembro 1838, Paris - 18 de dezembro de 1917, Cormeilles-em-Parisis, no episódio era o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército da França, onde atuou sob a autoridade do general Boisdeffre durante o Caso Dreyfus.

¹⁹ Raoul François Charles Le Mouton de Boisdeffre, 6 de fevereiro de 1839, Alençon - 24 de agosto de 1919, Paris, foi um general do Exército francês. Era o Chefe do Estado-Maior do Exército quando eclodiu o Caso Dreyfus.

²⁰ Jean-Baptiste Billot, (1828 – 1907), foi Ministro da Guerra naquele momento do Caso Dreyfus. Era general do Exército francês e se tornou um antidreyfusards.

²¹ Auguste Scheurer-Kestner, 13 fevereiro 1833, Mulhouse – 19 setembro 1899, Bagneres-de-Luchon, foi um químico, industrial, protestante e político francês, senador e vice-presidente do senado durante o caso Dreyfus. Kestner se convenceu de que o episódio era uma grande farsa.

Ouvindo, Esterhazy declarou que Picquart maquinara tudo contra ele, com o objetivo de obter a revisão do processo de Dreyfus. Acrescentou que, se a letra do “Bordereau” tinha alguma semelhança com a sua, seria por conta de Dreyfus a ter imitado. O General de Pellieux, no relatório da sua sindicância, concluiu que Esterhazy, a despeito dos “*desmandos da sua vida privada e de ser um oficial tarado*”, não era o autor do “Bordereau” e que Picquart procedera mal, revelando a estranhos os assuntos confidenciais do Ministério da Guerra, e que por tal ato deveria ser submetido a uma sindicância. O Ministro da Guerra, aceitando as conclusões do General de Pellieux, ordenou que fosse feito um inquérito judiciário, em vez de uma sindicância. O inquérito foi feito pelo mesmo General de Pellieux e as conclusões foram as mesmas. Esterhazy – parece que por sugestão do próprio inquiridor, de Pellieux – requereu um julgamento de seu caso em um novo conselho de guerra, a fim de ficar completamente ilibado.

A campanha na imprensa, pró e contra Esterhazy – no fundo contra ou pró Dreyfus – tomou extraordinário incremento, sendo publicadas cartas de Esterhazy altamente comprometedoras. Foi encarregado de instaurar o processo requerido por Esterhazy o Major Ravary, que era promotor junto do 1º Conselho de Guerra. Depois de ouvir quantos tinham deposto perante o General de Pellieux, acabou por propor que o processo fosse arquivado por não haver “*prova jurídica probatória*”. Entretanto, o General Saussier, governador militar de Paris, não concordou com o pedido de arquivamento e despacha pela abertura do julgamento de Esterhazy.

Esterhazy, que estivera sempre em liberdade, foi detido na véspera do julgamento, que começou a 10 de janeiro de 1898. Todos os que foram ouvidos primeiro na sindicância, e depois no inquérito judiciário – ambos conduzidos pelo General de Pellieux – e adiante os que participaram do processo – conduzido pelo Major Ravary – voltaram a depor no julgamento e após um simulacro de discussão da causa, em que o promotor de justiça – Major Ravary – desistiu de fazer a acusação, Esterhazy foi absolvido por unanimidade e saiu do tribunal em triunfo, entre aclamações entusiásticas.

Foi nessa altura que Zola escreveu e publicou a carta “J’Accuse” (Eu Acuso), no jornal “La Aurore” de Paris, dois dias depois, endereçada ao presidente Félix Faure, em 13 de janeiro de 1898.

Émile Zola já atestava em sua carta o grande conflito institucional que estava por trás de qualquer tentativa de revisão do processo ou do julgamento:

*“A opinião preconcebida, que levaram para julgamento, é evidentemente essa: ‘Dreyfus foi condenado por traição por um Conselho de Guerra, é, portanto, culpado; e nós, o Conselho de Guerra, não podemos declará-lo inocente, pois sabemos que reconhecer a culpa de Esterhazy é proclamar a inocência de Dreyfus’, nada os demoveria dessa idéia”²².
(ZOLA, 1898, s/nº)*

E Zola assevera: “O primeiro Conselho de Guerra não foi inteligente; mas o segundo é forçosamente criminoso”.

²² Esse parágrafo citado da carta de Zola pode ser verificado no mesmo endereço mencionado na nota de rodapé número 15 (vide página doze e bibliografia).

5. REPERCUSSÕES:

Na introdução escrita pelo jornalista Alberto Dines no livro “O processo do capitão Dreyfus” (BARBOSA, 1994, s/nº), o caso Dreyfus é citado como um caso paradigmático, gerador de uma série de fenômenos. Dines escreveu: - “o surgimento da direita ideológica e clerical, do anti-semitismo como degrau do totalitarismo, do sionismo político, do jornalismo das cruzadas, dos modernos movimentos de massa, etc.”. (BARBOSA, 1994, s/nº)

O olhar de Dines para um fato ocorrido um século antes atesta a ebulição daquele momento vivido pela França, onde o contexto das lutas internas sob a dicotomia rotulada como Dreyfusards e Antidreyfusards, acolhia na verdade outras forças de igual antagonismo político: republicanos e monarquistas, esquerdistas e direitistas, progressistas e conservadores, laicos e clérigos, juristas legalistas e governistas autoritários, civis e militares, humanistas e racistas antissemitas, todos respectivamente.

Além disso, Dines situa o caso como “um emblema do final de século, como o estopim da rivalidade franco-alemã na Primeira Guerra, como a consagração do intelectual na vanguarda política da sociedade e, talvez, como primeiro grande fenômeno da comunicação de massas”. (BARBOSA, 1994, s/nº)

Aqui, Dines trata de uma rivalidade européia – que terá sequência e outras repercussões nas duas Grandes Guerras, como a história registrou – a questão franco-alemã já vivida na Guerra Franco-Prussiana em 1870, o papel da intelectualidade na cidadania e o mais importante, o despertar para o grande fenômeno da comunicação de massas que é assumido pela imprensa tradicional e adiante pelas grandes corporações que passaram a controlar os veículos de mídia, na França e no mundo, desde lá e até hoje.

O jornalista Alberto Dines participou de um outro livro sobre o mesmo caso, na condição de organizador e apresentador da obra do próprio Dreyfus, no Brasil, com o livro “Diários completos do capitão Dreyfus”, o que pode ser interpretado como uma sensibilidade de Dines pelo tema e suas repercussões na imprensa brasileira, isto porque Dines é um entusiasta do jornalismo e um dos dirigentes do portal “Observatório da Imprensa”. (DREYFUS, 1995, s/n)

Sobre a divisão política da França, a pesquisadora Milene Suzano afirma em seu artigo publicado sobre o Caso Dreyfus: “J'Accuse” é uma defesa brilhante de um oficial francês e judeu acusado injustamente de traição à pátria, e configura, dentro do contexto do caso Dreyfus, *um momento de ruptura e de definição de dois lados do combate que dividiram a França da Terceira República*.”. (Suzano, 2008, p. 75)

Na Edição nº 81, de Junho de 1994, a revista “Super Interessante” - publicada pela Editora Abril - tratou do tema do Caso Dreyfus. A reportagem trouxe como título: “*Caso Dreyfus: A fraude que revoltou a França*”, e o suporte dessa manchete acrescenta: “*A história da fraude jurídica armada pelo Exército francês que condenou um capitão à prisão perpétua*.”. (COELHO, 1994, s/nº)

Percebe-se na manchete principal um texto de duplo sentido, e pode-se começar por essa dubiedade uma análise crítica do leitor. “*A fraude que revoltou a França*” tanto pode estar afirmando que a fraude foi reconhecida pela população francesa que se revoltou contra a ação dos militares, em especial, quanto pode sugerir que a fraude produziu uma revolta na França entre os que apoiaram Dreyfus e os que pretendiam sua condenação do jeito que foi posta a público. Já é um bom exercício de análise crítica.

No entanto, o conteúdo da matéria é crítico aos fatos produzidos pela alta cúpula do Estado-Maior do Exército, e ao final do texto um parágrafo registra exatamente o corporativismo invertido do Exército francês que custou quase um século para reparar os danos à sua própria imagem, onde se lê que os *“militares ainda não reconhecem o erro”*. O texto, da lavra do repórter Lauro Machado Coelho, pode ser conferido aqui:

“Até hoje os franceses convivem mal com a lembrança da injustiça cometida contra o capitão Dreyfus. Quando, em 1986, o ministro da Cultura, Jack Lang, o incluiu entre as personagens históricas a serem homenageadas pelo governo socialista de François Mitterrand, com monumentos em praça pública, o Exército se opôs terminantemente a que a estátua de Dreyfus, do escultor polonês Louis Mitelberg, fosse colocada na esplanada da Escola Militar, onde ele foi degradado em janeiro de 1895. E a Justiça tampouco aceitou que ela se erguesse na praça diante do tribunal onde ele foi condenado. Só após dois anos de polêmica a estátua pôde ser inaugurada — e assim mesmo num cantinho escondido do Jardim das Tulherias, onde não chama a atenção dos passantes.”. (COELHO, 1994, s/n°)

Ao escrever o artigo *“APÓS 64 ANOS, A ALEMANHA ABSOLVIA 10 MIL SOLDADOS QUE TRAÍRAM HITLER”*, publicado no jornal ‘O Estado de S. Paulo’, edição de 16 de agosto de 2009, o Procurador de Justiça, aposentado, do Estado de São Paulo, José Raimundo Gomes da Cruz, anotou muito bem o que representa o corporativismo das instituições públicas quando se busca proteger sua corporação de eventual avaliação negativa da opinião pública:

“Custa crer, mas o corporativismo atua mesmo diante da tragédia do povo alemão, ao ponto de haver resistência à total revisão das graves injustiças cometidas em nome do nazismo. Pelo apego maior à disciplina, a classe militar não percebe que apóia os massacres racistas e de outras minorias, as torturas e outras covardias, certamente bem mais indignas das pessoas honradas. O famoso “caso Dreyfus” ilustra bem tal afirmação. O capitão do exército francês, em 1894, foi falsamente acusado de traição consistente na venda ao inimigo alemão de segredo militar. A toque literal de caixa, ele foi julgado por tribunal militar e condenado à prisão perpétua na Ilha do Diabo, perto da Guiana francesa. Claro que o Capitão Dreyfus logo perdeu as insígnias de oficial. Claro também que contribuiu para seu infortúnio a sua condição de judeu. Alguns humanistas, tendo à frente o escritor Émile Zola, empenharam-se em provar a inocência de Dreyfus, contra a grande imprensa, o corporativismo militar, o governo e a opinião pública (cf. meu livro O controle jurisdicional do processo disciplinar. São Paulo : Malheiros, 1996, pp. 358/360; também meu artigo “Do caso Dreyfus ao caso Bodegas: cem anos de absurdos”. APMP Revista. v. 3).”. (CRUZ, 2009, p. 2)

Não custa pinçar uma frase do texto acima em destaque para o registro do significado de uma campanha sem limites contra uma pessoa indefesa: *“Alguns humanistas, tendo à frente o escritor Émile Zola, empenharam-se em provar a inocência de Dreyfus, contra a grande imprensa, o corporativismo militar, o governo e a opinião pública.”*. Sem dúvida, enfrentar de uma só vez a carga da grande imprensa, da cúpula das instituições militares, do poder dos governos e da opinião pública induzida ao pensamento único é batalha quase impossível de ser vencida.

Quando se percebe essas contradições é que se passa a defender com galhardia o *Estado Democrático de Direito*, que foi pensado para estabelecer freios e contrapesos na ação do Estado contra o cidadão, cujo conceito (democrático de direito) designa qualquer Estado que procura garantir o respeito das liberdades civis, o respeito pelos direitos humanos e pelas garantias fundamentais, por meio do estabelecimento de uma proteção jurídica,

onde as próprias autoridades políticas estão sujeitas ao respeito das regras de direito. (SANTOS, Revista Âmbito Jurídico, vide bibliografia, item 7.2)

A ideia do Estado Democrático de Direito – que se inicia ainda no sexto século antes da Era Cristã, por grandes pensadores como Sócrates, Platão e Aristóteles, quando se buscava uma teoria do “Estado Ideal”, refletindo aqueles sobre a melhor forma de organização da sociedade – é um longo processo de evolução da humanidade, e que veio a ter uma nova compreensão coletiva somente no século XVIII com o fim dos Estados absolutistas, cujo modelo de Regime político superou o controle feudal concentrado nas mãos dos reis soberanos. (SANTOS, Revista Âmbito Jurídico, vide bibliografia, item 7.2)

E foi justamente a França do final do século XIX, que já havia vivido a experiência da Revolução Francesa entre 1789-1799, no século XVIII, donde emergiram os novos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, que veio a produzir esse triste episódio do Caso Dreyfus, que veio na esteira da conspiração política contra a Terceira República e os subterfúgios utilizados para se tentar reinstalar a monarquia.

6. CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS:

Final do mês de Setembro de 1894 – O “Le Bordereau” chega à sede do Ministério da Guerra;

15 de Outubro de 1894 – Dreyfus é preso;

De 19 a 22 de Dezembro de 1894 – Dreyfus é julgado e condenado por um tribunal militar. É condenado à prisão perpétua na Ilha do Diabo, na Guiana Francesa;

5 de Janeiro de 1895 – são-lhe retirados os galões de oficial numa cerimônia humilhante;

21 de Fevereiro de 1895 – Dreyfus embarca para a prisão na Ilha do Diabo;

Final do mês de Outubro de 1896 – O jovem jornalista Bernard Lazare publica uma brochura chamada “O erro judiciário – A verdade sobre o caso Dreyfus”;

10 de Novembro de 1896 – O jornal “Le Matin” publica o “Le Bordereau”, onde se pode ver a assinatura do documento;

11 de Novembro de 1897 – Mathieu Dreyfus, o irmão de Alfred, descobre que Esterhazy foi o verdadeiro culpado da alegada traição (um comerciante, senhor Castro, reconheceu no “Le Bordereau” a assinatura de um seu cliente);

11 de Janeiro de 1898 – Esterhazy é inocentado de todas as acusações contra ele levantadas por Mathieu, irmão de Dreyfus;

13 de Janeiro de 1898 – é publicada a carta aberta de Zola, “J’Accuse” (Eu Acuso), endereçada ao presidente da República, impressa na capa do jornal parisiense “L’Aurore”, com 300 mil cópias naquela edição (a tiragem normal do jornal era de 30 mil cópias);

Final de Janeiro de 1898 – Explode uma violenta revolta antissemita na Argélia (na época, uma colônia da França);

23 de Fevereiro de 1898 – após um processo, Zola é condenado a um ano de prisão e três mil francos de multa por ter escrito “J’Accuse”. (o escritor Octave Mirbeau paga a multa). Perrenx, dono do “L’Aurore”, que publica o documento, foi condenado a 4 meses de prisão e três mil francos de multa;

13 de Julho de 1898 – Picquart é preso sob a acusação de revelar segredos militares quando encontrou as provas contra Esterhazy, livrando-se da prisão somente mais de um ano depois;

30 de Agosto de 1898 – O Major Henry confessa, perante o então Ministro da Guerra, Godefroy Cavaignac, ser o autor do “falso Henry” (apelido usado para identificar o documento fabricado pelo major e que fora preparado para facilitar a condenação de Dreyfus). O Major Henry é encontrado morto em sua cela, poucos dias depois de preso, e o Exército declara que foi suicídio;

3 de Junho de 1899 – O tribunal de cassação anula o julgamento de 1894 e reabre o processo, reenviando Dreyfus a um novo Conselho de Guerra. Zola é autorizado a regressar de seu exílio na Inglaterra;

7 a 9 de Agosto de 1899 – No Conselho de Guerra, realizado em Rennes, Dreyfus permanece como um traidor e é condenado a 10 anos de prisão;

19 de Setembro de 1899 – Dreyfus é anistiado pelo presidente da República e deixa a prisão, apesar de continuar a ser considerado culpado;

29 de Setembro de 1902 – Émile Zola não veria o fim do processo – é encontrado morto por asfixia em circunstâncias misteriosas e não esclarecidas até hoje. Sua esposa consegue se salvar da toxidade dos gases em sua residência. O filho de Zola denunciou a morte do pai como um atentado, mas não obteve sucesso em levar adiante as investigações;

Julho de 1906 – Dreyfus é finalmente reabilitado e reincorporado ao Exército, que não lhe reconhece os cinco anos de prisão na contagem de tempo de serviço. Permanece marginalizado na Corporação até sua aposentadoria em junho de 1907;

4 de Junho de 1908 – Na Cerimônia de transferência das cinzas de Émile Zola para o Panthéon da França há uma tentativa de homicídio contra Alfred Dreyfus, que é ferido num braço. O autor do atentado é defendido pelos mesmos chefes militares que acusaram Dreyfus de traição, e conseguem sua inocência no tribunal militar em um evento que reúne seis mil pessoas na praça do tribunal;

Entre 1914 e 1918 – O oficial Dreyfus volta ao Exército, na condição de militar da reserva, para atuar na Primeira Guerra como Chefe do Depósito de Artilharia;

12 de Julho de 1935 – Dreyfus morre aos setenta e seis anos de idade;

1986 – O então Ministro da Cultura da França, Jack Lang, tenta homenagear Dreyfus com uma estátua a ser fixada na Esplanada da Escola Militar, e é impedido pelo Exército que não aceita homenagens a Dreyfus, ainda considerado um suspeito de traição pelo Estado-Maior;

1996 – O Exército da França, finalmente, reconhece a plena inocência de Dreyfus, um século depois das falsas acusações contra ele.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

7.1 LIVROS

BEGLEY, Louis. Tradução Laura Teixeira Motta. **O Caso Dreyfus - Ilha do Diabo, Guantánamo e o pesadelo da história**. Edição eletrônica. <http://www.companhiadasletras.com.br/trechos/12381.pdf>. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BARBOSA, Rui. **O processo do capitão Dreyfus**. Introdução de Alberto Dines. Edição comemorativa do centenário do início do caso. "Cartas da Inglaterra", Jornal do Comércio do Rio de Janeiro. São Paulo: Giordano, 1994.

DREYFUS, Alfred. **Diários completos do capitão Dreyfus**. Organização e apresentação de Alberto Dines. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1995.

7.2 DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

ALFRED DREYFUS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Alfred_Dreyfus&oldid=40798686>. Acesso em: 20 fev. 2016.

B. - Pierre Van Paassen. Estes dias tumultuosos. Editora Globo. Porto alegre, 1940. In: Portal Elfez: Enciclopédia Jurídica Soibelman. Disponível em: <http://www.elfez.com.br/elfez/Dreyfus.html> Acesso em: 1 fev 2016.

BARBOSA, Rui. Projeto Memória – Rui Barbosa. O exílio de Rui – 1893 – 1895. In: "Cartas de Inglaterra", artigo publicado em janeiro de 1895 no Jornal do Comércio. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/periodo2/lamina15/index.htm>. Acesso em: 1 fev 2016.

BILLOT, Jean-Baptiste. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jean-Baptiste_Billot&oldid=34499971>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BOISDEFFRE, RAOUL LE MOUTON DE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Raoul_Le_Mouton_de_Boisdeffre&oldid=42302111>. Acesso em: 20 fev. 2016.

CASO DREYFUS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Caso_Dreyfus&oldid=43459896>. Acesso em: 20 fev. 2016.

CAVAIGNAC, Jacques Marie Eugène Godefroy. Jacques Marie Eugène Godefroy Cavaignac. (2016, 01 de fevereiro). Na *Wikipedia, a enciclopédia livre*. Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Jacques_Marie_Eug%C3%A8ne_Godefroy_Cavaignac&oldid=702718339. Acesso em 1 fev 2016.

DE PELLIEUX, Georges-Gabriel. (2016, 10 de fevereiro). Na *Wikipedia, a enciclopédia livre*. Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Georges-Gabriel_de_Pellieux&oldid=704266117. Acesso em: 1 fev 2016.

ÉMILE ZOLA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=%C3%89mile_Zola&oldid=44336901>. Acesso em: 20 fev. 2016.

ESTERHAZY, Charles Marie Ferdinand Walsin Esterhazy, In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Charles-Ferdinand_Walsin_Esterhazy&oldid=39952058>. Acesso em: 20 fev. 2016.

FAURE, Félix. Presidente FÉLIX FAURE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=F%C3%A9lix_Faure&oldid=43539318>. Acesso em: 20 fev. 2016.

GONDRA, Margdalena Ezcurra. El Affair Dreyfus. Perícias Caligráficas. Disponível em: <http://www.periciascaligraficas.com/v2.0/resultados.php?contenidosID=47>. Acesso em: 1 fev 2016.

HENRY, Major. Hubert-Joseph Henry. (2016, 3 de janeiro). Na *Wikipedia, a enciclopédia livre*. Retirado 15:39. Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Hubert-Joseph_Henry&oldid=697966164. Acesso em: 1 fev 2016.

KESTNER, "Auguste Scheurer-Kestner." *Wikipedia, a enciclopédia livre*. 15 de dezembro de 2014 10:38 UTC. 20 de fevereiro de 2016, 15:53. Disponível em: https://es.wikipedia.org/w/index.php?title=Auguste_Scheurer-Kestner&oldid=78798456. Acesso em: 1 fev 2016.

MERCIER, Augusto Charles Ferdinand Armand Mercier du Paty de Clam. (11 Novembro 2015). *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Retirado 20 de fevereiro de 2016, 15:44. Disponível em: http://it.wikipedia.org/w/index.php?title=Armand_du_Paty_de_Clam&oldid=76423746. Acesso em: 01 fev 2016.

PICQUART, Georges. "Marie-Georges Picquart." *Wikipédia, l'encyclopédie libre*. 8 jan 2016, 13:37 UTC. 20 fév 2016, 15:25. Disponível em: <http://fr.wikipedia.org/w/index.php?title=Marie-Georges_Picquart&oldid=122085423>. Acesso em: 20 fev 2016.

SANDHERR, Nicolas Jean Robert Conrad Auguste. (2015, 4 de fevereiro). Na *Wikipedia, a enciclopédia livre*. Retirado 16h46min de 20 de fevereiro de 2016, Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Jean_Sandherr&oldid=645604222 Acesso em 20 fev 2016.

SANTOS, Adairson Alves dos. O Estado Democrático de Direito. **Constitucional**. Revista Âmbito Jurídico, Rio Grande. S/d. Disponível em: http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10143&revista_caderno=9. Acesso em: 1 fev 2016.

ZOLA, Émile Édouard Charles Antoine. "J'Accuse". In: A INJUSTIÇA... O PERJÚRIO, Sítio 'Portugal a Foz da Ibéria', Portugal, sem data. Disponível em: <http://foziberdreyfus2.no.sapo.pt/> Acesso em: 1 fev 2016.

7.3 ARTIGOS

ALTMAN, Max. Hoje na História: capitão Dreyfus é condenado à prisão perpétua por espionagem na França. In: **Portal Ópera Mundi**. São Paulo - 22/12/2009 - 09h07. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/2348/conteudo+opera.shtml>. Acesso em: 1 fev 2016.

BÜSCHEL, Inês. O caso do Capitão Alfred Dreyfus, ou o erro (conspiração?) de um tribunal militar. In: artigos e divagações sobre direitos humanos, artigos. 23.11.2013. **Blog da Inês Büschel**. Disponível em: <https://blogdaines.wordpress.com/2013/11/23/o-caso-do-capitao-frances-alfred-dreyfus-ou-o-erro-conspiracao-de-um-tribunal-militar/>. Acesso em: 1 fev 2016.

COELHO, Lauro Machado. "Caso Dreyfus: A fraude que revoltou a França" - A história da fraude jurídica armada pelo Exército francês que condenou um capitão à prisão perpétua. **Revista Super Interessante**, Edição 81, Junho de 1994. Disponível em: <http://super.abril.com.br/historia/caso-dreyfus-a-fraude-que-revoltou-a-franca>. Acesso em: 1 fev 2016.

DA CRUZ, José Raimundo Gomes. Após 64 anos, a Alemanha absolvía 10 mil soldados que traíram Hitler: "Para Ludwig Baumann, militar que desertou do Exército alemão, decisão enterra o último tabu da 2ª Guerra". CHADE, Jamil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.A19, agosto. 2009. Disponível em: http://midia.apmp.com.br/arquivos/pdf/artigos/2015_apos_64.pdf. Acesso em: 1 fev 2016.

DINES, Alberto. Cem anos de "J'Accuse", as Listas Negras. Ilustrada. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, sábado, 3 de janeiro de 1998. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq030110.htm> Acesso em: 1 fev 2016.

SUZANO, Milene. "J'accuse" na imprensa brasileira: algumas repercussões e interpretações do caso Dreyfus. Revista Escritos. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ano 2, n. 2, 2008, 456 p. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero02/FCRB_Escritos_2_4_Milene_Suzano.pdf Acesso em: 1 fev 2016.